

ÉTICA E MORAL – TEORIAS ÉTICAS II

Na aula anterior, buscou-se situar o tema no contexto histórico, para compreender a influência deste na formação de uma teoria ética capaz de justificar os acontecimentos atuais. É necessário agrupar as diversas teorias éticas em duas classificações amplamente recorrentes em provas: a classificação entre éticas deontológicas e teleológicas, e a classificação de Garcia-Máynez, que organiza as teorias em quatro possibilidades. Inicia-se com a explicação do conceito mais simples, avançando para os mais complexos.

Uma teoria ética deontológica é baseada no conceito de dever, sendo “*deon*” uma palavra que significa obrigação. Essa teoria sustenta que existe um dever a ser cumprido, independentemente das consequências. A análise enfoca a intencionalidade de cumprir um comportamento eticamente aceitável, verificando se o dever foi cumprido, independentemente do resultado da ação.

Por outro lado, as éticas teleológicas se fundamentam na ideia de que a ética está relacionada aos fins ou resultados das ações, com o termo “*telos*” significando fim ou consequência. Nesse contexto, uma ação é considerada eticamente aceitável se o resultado obtido for positivo, como prazer, satisfação ou felicidade, e não pela intenção de cumprir um dever. A análise, portanto, foca nos resultados da ação, e não na intencionalidade do agente.

A distinção entre as duas abordagens é clara: enquanto a teoria deontológica avalia o caráter do sujeito e a escolha correta de ação, independentemente do resultado, a teoria teleológica considera os resultados da ação, desconsiderando a intenção do agente. A teoria teleológica é, portanto, consequencialista, pois se fundamenta nos efeitos da ação, e não na intenção do agente.

CLASSIFICAÇÕES

Eduardo Bittar, em seus agrupamentos, classifica as teorias teleológicas em dois tipos: eudaimonistas e hedonistas. As teorias hedonistas estão relacionadas ao prazer, ou seja, o objetivo a ser alcançado é o prazer e a satisfação.

Por outro lado, a ética eudaimonista se refere à busca pela felicidade. Nesse contexto, algo será considerado ético se resultar na conquista da felicidade. Essa abordagem é teleológica, pois foca no resultado final, e não na intenção de cumprir um dever, como ocorre nas teorias deontológicas. Portanto, a teoria teleológica se caracteriza pela busca de um fim, como a felicidade, o bem-estar ou a utilidade.

Entre os teóricos que se inserem nessa classificação de teorias teleológicas, destacam-se Sócrates, Platão, Aristóteles, David Hume, Bentham e Stuart Mill. Embora todos esses filósofos pertençam à mesma categoria de teorias teleológicas, suas abordagens não são idênticas.

Em Aristóteles, a felicidade é alcançada por meio da virtude, o que o distingue dos utilitaristas, que também buscam a felicidade, mas focam na maximização desse resultado, independentemente dos meios utilizados para alcançá-lo. Aristóteles defende que a virtude é o caminho para atingir o fim da felicidade.

Os utilitaristas, por sua vez, visam ampliar a felicidade para o maior número possível de pessoas, mesmo que não sejam os próprios beneficiados. Assim, a forma de alcançar a felicidade difere entre Aristóteles e os utilitaristas, mas ambos se enquadram nas teorias teleológicas.

No caso das teorias deontológicas, que se baseiam no conceito de dever (*deon*), a análise recai sobre a consciência do dever, como exemplificado pelo imperativo categórico de Immanuel Kant.

Obs.: o desenvolvimento dessa teoria será abordado de forma gradual, à medida que os conceitos se tornem mais claros e compreensíveis.

García Máynez classifica as teorias éticas de acordo com suas especificidades, dividindo-as em ética dos bens, ética dos valores, ética empírica e ética formal. A ética empírica inclui, por exemplo, o utilitarismo, enquanto a ética formal é representada pelo imperativo categórico de Immanuel Kant. A ética dos valores pode ser associada à ética cristã, e a ética dos bens é exemplificada por Aristóteles.

A ética dos bens, conforme García Máynez, defende que algo é ético quando se alcança um bem supremo ou um bem maior. Para muitos teóricos, esse bem é a felicidade. Aristóteles, em sua ética, considera que o bem está ligado à virtude, que é alcançada por meio da justa medida, ou seja, o meio termo entre vícios e excessos.

A ética dos valores pode ser vista como uma oposição à perspectiva do dever. Nessa abordagem, não há um dever preexistente que deve ser seguido independentemente das consequências. Em vez disso, parte-se da premissa de que existe um valor superior ao dever, como exemplificado pela ética cristã, que se baseia nos valores do cristianismo.

A ética empírica, por sua vez, é uma ética pragmática, voltada para a utilidade. Essa ética é denominada *a posteriori*, pois analisa inicialmente as situações práticas para, posteriormente, elaborar uma teoria explicativa para essas situações. Em oposição, a ética formal é uma ética *a priori*, pois define um dever a ser cumprido antes mesmo que situações concretas aconteçam no mundo. O dever a ser seguido é independente das modificações pragmáticas que possam ocorrer, sendo aplicado de forma universal, independentemente do contexto ou momento histórico.

As teorias empíricas podem ser divididas em quatro vertentes: ética anarquista, ética utilitarista, ética ceticista e ética subjetivista. Contudo, o foco será dado apenas àquelas mais recorrentes em provas, especialmente à ética utilitarista, que é um ramo da ética empírica, conforme a classificação de García Máynez. Esse ponto será importante para a compreensão das questões cobradas.



5m

García Máynez afirma que a ética dos bens, também chamada de ética dos fins ou ética teleológica, é uma das vertentes mais relevantes, sendo caracterizada pela busca de um fim específico. Teóricos da Antiguidade Clássica, como Sócrates, Platão e Aristóteles, estão agrupados nesse tipo de teoria.

A **ética de bens**, dos fins, ou teleológica, é contrária ao relativismo. Portanto, **estabelece um valor fundamental**, ou “*télos*”, um **fim último** que é estabelecido como parâmetro ou meta a ser atingida pelo ser humano. “**O supremo bem da vida** consistirá na realização do fim própria da criatura humana.

<http://treeofhopes.blogspot.com/2011/02/etica-polemicas-e-classificacoes.html>

ARISTÓTELES

Propõe uma **ética teleológica**. O **fim** da ação é a **felicidade** (eudaimonia) a partir da justa medida. A virtude é o meio-termo entre extremos dos vícios por excesso e por deficiência. Desse modo, o bem supremo é a virtude da felicidade.

A justa medida é definida como virtude. A virtude, por sua vez, é um valor positivo. Os valores podem ser classificados como positivos ou negativos. A virtude é a qualidade da natureza humana que permite alcançar resultados positivos.

Aristóteles mapeou uma série de valores, identificando os positivos e negativos em relação às condutas humanas. Por exemplo, a generosidade, segundo ele, representa o meio termo, a justa medida, entre vícios opostos, que podem ocorrer por excesso ou deficiência. Vícios, nesse contexto, são comportamentos que afastam o indivíduo da felicidade, resultando em resultados negativos.

Para Aristóteles, algo é ético quando se atinge o fim supremo, o bem supremo, que é a felicidade. A felicidade é alcançada por meio da virtude, que se manifesta como a justa medida entre a prodigalidade e a mesquinhez. A prodigalidade é o vício do excesso, caracterizado pelo desperdício, enquanto a mesquinhez é o vício da deficiência, marcado pela avareza. A generosidade, como virtude, é o equilíbrio entre esses dois extremos.

Além da generosidade, Aristóteles aplica o conceito de justa medida a outras virtudes. Um exemplo é a coragem, que representa o meio termo entre a temeridade, que é agir de forma imprudente, e o medo excessivo. A coragem, portanto, é agir com ponderação, reconhecendo os riscos, mas sem ser movido pelo medo paralisante. Ao adotar virtudes como a generosidade e a coragem, o indivíduo é direcionado ao bem supremo da felicidade. Portanto, Aristóteles ressalta que a generosidade sozinha não é suficiente para garantir uma conduta ética completa e a conquista da felicidade.

A **virtude**, assim, precisa ser buscada em contexto coletivo, por meio do exercício da cidadania. Tornando-se, desse modo, um **hábito** – construído a partir da repetição.



10m

Existem dois tipos de virtude: a virtude intelectual e a virtude moral.

A virtude moral está relacionada aos hábitos e comportamentos repetidos ao longo da vida, ou seja, àquilo que se pratica constantemente. Já a virtude intelectual é adquirida por meio da cognição, instrução e estudo.

Ao tratar da diferença entre **virtudes intelectuais** e virtudes **morais** frisou a necessidade de haver controle dos instintos. A mediania seria atingida quando as intelectuais se sobrepõem às morais.

Obs.: é importante lembrar que a virtude moral está relacionada ao emocional, enquanto a virtude intelectual está relacionada à racionalidade.

Não se pode esquecer do fato de que, para Aristóteles, o homem é um ser essencialmente político. **Ética e política** estão **associadas** e a cidadania deve ser direcionada à justiça.

Nessa perspectiva, o conceito de equidade, que busca tratar os desiguais na medida de suas desigualdades, tem gerado diversas consequências. Retoma-se o pensamento aristotélico, especialmente quando há dificuldades em lidar com a diversidade.

Há uma resistência em relação à tolerância e uma tendência à tentativa de invisibilidade daquilo que é diferente. Além disso, observa-se comportamentos de tirania ética, caracterizados pela imposição de posturas e realidades alheias, visando sobrepor os desejos e vontades de uma pessoa sobre as dos outros, desconsiderando as realidades diversas e múltiplas.

Esse tema é relevante para as provas de redação, pois a ética tem sido abordada de forma incisiva nas provas discursivas. A análise desses assuntos favorece uma perspectiva transversal, abrangendo diversas disciplinas.



DIRETO DO CONCURSO

01. Um indivíduo está buscando inspiração para prosseguir nos seus estudos e se depara com um pensamento aristotélico assim desenvolvido: trata-se do produto dos usos e costumes; ela não existe nos homens naturalmente, pois nada do que é natural se adquire pelo costume. Nesse caso, a referência do filósofo grego está relacionada à:

- a) interpretação natural.
- b) virtude moral.
- c) cosmologia universal.
- d) integração social.
- e) percepção individual.



15m



Inicialmente, é importante observar que o enunciado estabelece que o conceito abordado é adquirido por meio do hábito, não sendo inato. Tal conceito é construído a partir da convivência social ou dos estudos realizados ao longo do tempo.

Nesse contexto, a análise conduz à virtude, pois as virtudes são construídas por meio do hábito. É importante lembrar que se classificam as virtudes em dois tipos principais: as virtudes morais, que são emocionais, instintivas e adquiridas pelo hábito, e as virtudes intelectuais, que são racionais e desenvolvidas por meio da cognição e da instrução.

02. O pensamento aristotélico clássico advoga em favor de que desequilíbrios nas relações devem ser superados por meio do reconhecimento de que a razão haverá de assistir a somente um dos lados.



O pensamento aristotélico clássico defende que os desequilíbrios nas relações devem ser superados por meio do reconhecimento da razão como elemento que orienta a busca pela justa medida, o meio-termo.

Na resolução de conflitos, a perspectiva aristotélica propõe soluções que contemplem os interesses de forma mais coletiva, considerando que o ser humano é um ser político inserido em uma coletividade e que o exercício da cidadania requer essa abordagem. Não se parte do pressuposto de favorecer exclusivamente um dos lados, mas de buscar a mediação e a resolução equilibrada do conflito.

Esse conceito foi abordado, por exemplo, em questões aplicadas no Ministério Público da União, relacionadas à figura do juiz e à necessidade de atuar com justiça. Pergunta-se se o juiz deve tomar partido em favor de um dos lados da lide. A resposta é negativa. O papel do juiz é buscar uma composição que melhor atenda aos interesses da sociedade e da coletividade. Mesmo que uma das partes tenha a percepção de derrota, a justa medida e o meio-termo buscados pela magistratura devem considerar os impactos da decisão de forma ampla. A atuação judicial deve evitar a prevalência de um lado em detrimento do outro e buscar o equilíbrio adequado entre os opostos, promovendo uma solução que privilegie o bem coletivo.

03. Segundo Aristóteles, a excelência intelectual é produto do hábito, enquanto a excelência moral é produto da instrução e da reflexão.



Atente-se para a possibilidade de inversão dos conceitos na questão.

04. Para Aristóteles, o homem justo é assim avaliado não por uma conduta reiterada, mas por seu agir a cada momento, que sempre revela uma oportunidade para a observância da ética.



É importante lembrar que Aristóteles considera que as virtudes decorrem de uma conduta reiterada e repetitiva, adquirida por meio do hábito.

05. Em Aristóteles, virtudes são disposições de caráter, isto é, a inclinação ao bom comportamento diante de algo que afete.



Inclinação ao bom comportamento refere-se à predisposição para algo positivo. Virtude é definida como um valor positivo, uma disposição de caráter voltada para a prática do que é certo, bom e correto.

06. O agir virtuoso impõe que as virtudes morais sejam controladas pelas virtudes intelectuais.



O agir virtuoso requer que as virtudes morais sejam controladas pelas virtudes intelectuais. Para alcançar a justa medida em relação às virtudes, é necessário que a racionalidade prevaleça sobre os instintos e as emoções. Assim, as virtudes morais devem ser orientadas pelas virtudes intelectuais, desenvolvidas por meio da instrução e da cognição.

07. As virtudes morais são fundamentadas na razão, na temperança e na verdade, sendo, por isso, superiores às virtudes intelectuais.



As virtudes morais estão relacionadas às emoções, enquanto as virtudes baseadas na razão são as virtudes intelectuais.

08. As virtudes intelectuais são baseadas nas paixões e nas vontades, movimentos espontâneos do caráter humano.



20m



Conforme mencionado na questão anterior, as virtudes morais estão relacionadas às emoções, enquanto as virtudes intelectuais são baseadas na razão, na temperança e na verdade. Portanto, o item está incorreto.

“Singelamente, **ética empírica** é aquela que pretende derivar seus princípios da mera observação dos fatos”, narra Nalini (p. 27). Enfatiza-se o exame da vida moral, **como o homem realmente é**, em seu **estado natural**. Mas, cada cabeça, uma sentença. Aí, resvala-se no **relativismo e no subjetivismo moral**.

A doutrina contemporânea considera inadequada a adoção de uma ética relativista. Diante das mazelas históricas enfrentadas pela humanidade, defende-se uma ética universal, fundamentada nos direitos humanos e na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Fatos históricos demonstraram que flexibilizar os princípios éticos conforme a realidade de determinados grupos ou indivíduos não produziu resultados benéficos. Essa abordagem relativista, conhecida como ética empírica, tem suas limitações.

O utilitarismo é um exemplo de ética relativista. Embora Eduardo Bittar reconheça contribuições positivas do utilitarismo para a humanidade, seus excessos resultaram em consequências negativas, como barbáries. Por essa razão, a ética relativista não é defendida atualmente.

As quatro vertentes da ética empírica são:

- a) ética anarquista;
- b) ética utilitarista;
- c) ética ceticista;
- d) ética subjetivista.

<http://treeofhopes.blogspot.com/2011/02/etica-polemicas-e-classificacoes.html>

- Bittar (2009), ética empírica: da realidade para a teorização. Procura por condutas mais benéficas, aos indivíduos/grupos. Útil – finalidade máxima. Algo é bom quando útil. Aqui, fins justificam meios.
- Felicidade depende diminuição sofrimento/aumento de prazeres – hedonismo. Maior bem possível/maior quantidade de pessoas.

O utilitarismo, na perspectiva empírica, apresenta problemas sob o enfoque dos direitos humanos, conforme análise de Eduardo Bittar. Essa abordagem busca maximizar a felicidade para o maior número possível de pessoas, o que implica, inevitavelmente, o sacrifício de alguns. Nesse contexto, os meios utilizados perdem relevância diante do objetivo final. Exemplos como “matar um para salvar dois” ilustram essa lógica: a maximização da felicidade é priorizada, independentemente das consequências para indivíduos isolados.



25m

Bittar critica essa postura, possivelmente inspirado no imperativo categórico de Immanuel Kant, que estabelece que o ser humano jamais deve ser tratado como meio para atingir um fim, mas sempre como um fim em si mesmo. Esse entendimento sustenta uma visão universalista dos direitos humanos, na qual a dignidade humana deve ser respeitada, independentemente de características individuais como orientação sexual, identidade de gênero, condição socioeconômica, religião ou etnia. O respeito à humanidade é universal, e práticas que desumanizam ou hierarquizam seres humanos são inadmissíveis.

Exemplos históricos, como o lançamento de bombas sob a justificativa de terminar uma guerra, evidenciam a desumanização e a hierarquização de vidas humanas, priorizando determinados grupos em detrimento de outros. Essa lógica utilitarista viola os princípios dos direitos humanos ao negligenciar a dignidade de populações específicas para assegurar benefícios a outros grupos.

Embora o utilitarismo tenha trazido contribuições positivas, como a concepção de bem comum e interesse público, aplicáveis inclusive na administração pública, seu fracasso ético decorre do desrespeito aos direitos humanos. Maximizar a satisfação, prazer e felicidade de um grupo, enquanto outro é desumanizado, negligenciado ou tem seus direitos cerceados, perpetua desigualdades e concentra privilégios em detrimento da equidade.

O conceito de minorias, neste contexto, refere-se não apenas à quantidade de pessoas, mas àquelas que enfrentam cerceamento de direitos e violência sistêmica, decorrentes da concentração de poder e privilégios em grupos dominantes. Assim, a busca pela equidade se torna essencial para corrigir essas desigualdades estruturais.

- Problemas apresentados pelo utilitarismo: prejuízos direitos humanos. Eram tidos pelos utilitaristas como uma tolice. Assim, é possível matar um para salvar dois. Segundo Bittar:

“Nesse sentido, a pobreza do utilitarismo esbarra em determinados argumentos, levantados pelos seus críticos, os quais parece não superar, a saber: a noção de bem-estar é vaga e geral, tão abrangente que denuncia uma preocupação com o cômputo geral de bem-estar da sociedade, e nada mais; o bem-estar encontra-se, para o utilitarismo, acima mesmo dos direitos individuais e fundamentais; a preocupação com o humano, com o individual, com a realização, com a virtude...é diminuta. Dessa forma, se considera que o utilitarismo, tendo ensaiado um modus ético para a Modernidade, em verdade, preparou a Modernidade para o malogro ético.” (2009, p. 326)

Obs.: o malogro ético refere-se à infração dos direitos humanos, a qual Immanuel Kant refuta. Kant sustenta que o ser humano deve ser tratado como um fim em si mesmo e jamais como um meio para alcançar outros objetivos, conforme mencionado anteriormente. O respeito aos direitos humanos é essencial, e a filosofia kantiana contribuiu significativamente para a consolidação da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A ética **empírica** e a ética dos **bens** referem-se aos **resultados** da conduta humana. Já a ética **formal**, cujo principal representante é o alemão Immanuel Kant (1724-1804), preceitua que o significado do comportamento moral está na pureza da **vontade** e na **retidão** dos propósitos do agente considerado, e não nos resultados externos, escreve Nalini (p. 58). Aliás, magistralmente, Kant faz uma diferenciação entre moralidade (foro íntimo, liberdade interna, **autonomia**) e legalidade (foro externo, liberdade externa, **heteronomia**).

<http://treeofhopes.blogspot.com/2011/02/etica-polemicas-e-classificacoes.html>

Por fim, a diferença entre ética e moral, bem como entre os dois conceitos de direito, foi abordada, destacando os conceitos de autonomia e heteronomia, conforme o pensamento kantiano. Para Kant, algo é ético se a intencionalidade do agente for analisada e, de maneira autônoma, livre e responsável, ele cumprir seu dever, independentemente do resultado da ação.

Por isso, a ética de Kant é deontológica, e não teleológica. Para os utilitaristas, algo é ético se o resultado for positivo, bom ou prazeroso, com a maximização da felicidade. Nesse caso, o critério ético é externo ao agente, não interno.

A heteronomia, por sua vez, também é externa. Um exemplo é quando a lei impõe uma conduta, e a pessoa cumpre essa conduta não por ser ética, mas por medo da penalidade. Isso não a torna ética. Na perspectiva kantiana de autonomia, a ética se baseia na intencionalidade de cumprir o dever, independentemente do medo de punição. A decisão é tomada pelo caráter do agente, e não pelo receio de consequências negativas.

No próximo bloco, será abordado o racionalismo kantiano, o imperativo categórico, suas definições e máximas, com uma comparação entre o pensamento de Kant e o utilitarismo. Essa compreensão ajudará a resolver questões que possam confundir as duas teorias, classificando corretamente as afirmações de Kant e do utilitarismo.



30m

GABARITO

01. b**02. E****03. E****04. E****05. C****06. C****07. E****08. E**

Este material foi elaborado pela equipe pedagógica do Gran Concursos, de acordo com a aula preparada e ministrada pelo professor Glauber Marinho.

A presente gravação tem como objetivo auxiliar no acompanhamento e na revisão do conteúdo ministrado na videoaula. Não recomendamos a substituição do estudo em vídeo pela leitura exclusiva deste material.
